



MENSAGEM AO LEGISLATIVO

Excelentíssimo Vereador
Eduardo Soltur
Presidente da E. Câmara Municipal de
GUARULHOS

É com elevada honra que enviamos a essa Egrégia Casa de Leis, para apreciação e deliberação, o Projeto de Lei referente ao Orçamento do Município para o exercício financeiro de 2015, nos termos da legislação vigente.

O Projeto de Lei engloba as propostas orçamentárias da Administração Direta e Indireta do Município, referente à Prefeitura, Câmara, Serviço Autônomo de Água e Esgoto, Agência Reguladora dos Serviços Públicos de Saneamento Básico do Município de Guarulhos – AGRU, Instituto de Previdência dos Funcionários Públicos Municipais de Guarulhos e o Orçamento de Investimento da empresa Progresso e Desenvolvimento de Guarulhos S/A - Proguaru, nos termos do § 5º do artigo 165 da Constituição Federal e artigo 323 da Lei Orgânica Municipal.

A Receita foi estimada e a Despesa fixada em R\$ 4.090.791.610,00 (Quatro bilhões, noventa milhões, setecentos e noventa e um mil se seiscentos e dez reais).

Considerando as normatizações da Secretaria do Tesouro Nacional e do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo este Orçamento foi elaborado de forma consolidada abrangendo os Poderes Municipais.



Baseado na Lei de Diretrizes Orçamentárias e no Projeto do Plano Plurianual 2014/2017, apresentamos o Orçamento 2015 como um instrumento de planejamento público que procura dar efetividade às ações e programas que visam tornar nossa cidade cada vez melhor, continuando a implementar políticas públicas eficazes e inovadoras.

Os Macro-Objetivos de Governo definidos no Projeto do Plano Plurianual – PPA/2014-2017 são os seguintes:

- 1 – Atendimento à Saúde com qualidade, diminuição dos índices de mortalidade e desnutrição;
- 2 – Melhoria do Saneamento Ambiental;
- 3 – Redução das Desigualdades Sociais e Melhoria da Qualidade de Vida;
- 4 – Melhoria da Qualidade da Educação, Cultura, Esporte e Lazer;
- 5 – Desenvolvimento Econômico Sustentável;
- 6 – Melhoria da Infra-Estrutura Urbana;
- 7 – Modernização da Administração Pública.

Premissas e Metodologia de Cálculo das Estimativas de Receita para o exercício 2015

A contenção ou retraimento das expectativas de que a economia retome em breve maior taxa de crescimento e a persistência de patamar de inflação relativamente mais elevado do primeiro semestre de 2014 vêm influenciando percepção do desempenho econômico futuro. Frente a este quadro indefinido de menor vigor econômico, adotamos um cenário de moderado crescimento para o ano de 2015.

De toda forma, o pressuposto geral de comportamento da Receita Municipal é o da existência de uma alta correlação de seu comportamento com o desempenho de parâmetros de inflação e expectativas de crescimento. Ainda assim em algumas receitas diretamente arrecadadas pelo Município, consideram-se taxas de crescimento real maiores, devido a fatores influentes localizados, como esforços associados à melhoria de gestão e à diminuição da inadimplência. Também com relação a transferências de tributos estaduais ou federais recolhidos em nosso município, considera-se a influência positiva de esforços para o aumento de participação municipal nos montantes transferidos.

Os indicadores macroeconômicos básicos utilizados para e estimativa da Receita foram:

Ano		2015
PIB	(%)	1,5
IPCA-IBGE	(%)	6,1
IPM-ICMS	(%)	3,6883
IPM-FUNDEB	(%)	1,14
IPM-IPVA	(%)	2,349



Em conjunto as receitas tributárias do Município contem uma estimativa de elevação de 9,3% nominal ou 3% real em 2015, tomando por base valores orçados de 2014. Além da correlação de seu desempenho com os parâmetros econômicos elas contemplam um ganho mínimo de eficiência de arrecadação de 1% no próximo exercício. Para as receitas provenientes de serviços a meta é de elevação de 8,4% nominal ou 2,2% real.

Na receita de Transferências, o principal item de receita o ICMS apresenta-se com uma expectativa de elevação de 9,7% nominal ou de 3,4% real em 2015, incorporando os recentes ganhos obtidos no Índice de Participação dos Municípios que elevaram essa relação à participação de 3,6883% dos valores transferidos do tributo no estado. Na transferência do IPVA o incremento deverá ser de 10,5% nominal ou 4,2% real e este incorpora uma expectativa de expansão de frota de 1% ao ano além do efeito de crescimento real do produto da economia.

As Transferências do FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, criado pela Emenda Constitucional nº 53 de 19 de dezembro de 2006, em substituição ao FUNDEF, tem expectativa de crescimento real de 5,2% para o período.

A distribuição destes recursos dá-se com base no número de alunos matriculados da educação básica e na educação infantil e em 2014 representam 1,22% das receitas do FUNDEB no Estado.

Com relação às demais transferências tributárias com origem da União a perspectiva é de evolução em conformidade com o desempenho do produto e inflação.

Compondo também as estimativas das receitas, estão as perspectivas de ingressos de recursos para o exercício 2015 do âmbito do PAC – Plano de Aceleração de Crescimento, composto pelas operações de crédito internas para os Programas de Saneamento, Programas de Moradia Popular e Programa Pró-Transporte – Mobilidade e Pavimentação/Qualificação de Vias Urbanas, além de convênios da União para a área de Habitação e outros.

Na administração indireta, na Receita dos Serviços de Água e Esgoto, é prevista a recomposição dos valores pela inflação e crescimento real por conta da redução de perdas e ampliação da cobertura da rede, além do combate à inadimplência.

No tocante ao regime de assistência a saúde do servidor, a Lei Municipal 6.083/05 disciplinou a forma de seu custeio, consistente na receita com mensalidades, co-participações nos eventos pelos beneficiários e aporte e complementações pelos órgãos municipais, que possuam servidores aderentes ao regime.



A despesa fixada expressa a realização dos programas de trabalho do Plano Plurianual 2014-2017, materializando as diretrizes contidas na Lei Municipal nº 7.290, de 17 de julho de 2014- LDO/2015 e, obedecendo às vinculações constitucionais e legais.

Além disso, a proposta de despesa procura expressar as discussões e deliberações pactuadas no Orçamento Participativo.

A despesa está assim sintetizada:

Em R\$ 1,00

Instituição	Despesa 2015	%
PREFEITURA	3.177.991.987,00	78%
SAAE	685.068.965,00	17%
IPREF	127.786.405,00	3%
AGRU	7.388.400,00	0,18%
CÂMARA	92.555.853,00	2%
TOTAL	4.090.791.610,00	100,00%

*Os percentuais estão relacionados com o valor total fixado para a despesa.

A Despesa da Administração Direta (Prefeitura) será em 2015 de R\$ 3,17 bilhões que representam 78 % do total da Despesa Municipal.

Na Administração Indireta do Município: Câmara, Serviço Autônomo de Água e Esgoto - SAAE, Agência Reguladora dos Serviços Públicos de Saneamento Básico do Município de Guarulhos – AGRU e Instituto de Previdência dos Funcionários Públicos Municipais de Guarulhos - IPREF estão previstos para 2015 um total de R\$0,912 bilhões, cerca de 22 % do total.

No total de Receitas previstas para a Prefeitura de R\$ 3,17 bilhões, estão contemplados os repasses financeiros para a Câmara (R\$ 92,5 Milhões), IPREF (R\$ 62,7 milhões) e SAAE (R\$ 36,3 milhões), ilustrando assim a dessemelhança numérica na ordem de R\$ 127 milhões entre a Receita Estimada e Despesa fixada da Administração Direta.

Conclusão

Através da proposta orçamentária para 2015 estaremos materializando os programas e ações previstos no Plano Plurianual 2014/2017, os quais expressam as principais diretrizes dessa gestão.

Em especial, destacamos os investimentos que estão em curso na área de infra-estrutura urbana em nosso município.

O dinamismo da cidade de Guarulhos, expresso em seus indicadores econômicos, coloca em nossa agenda de trabalho o desafio constante de aperfeiçoar



potencializando os recursos existentes nas áreas de transporte e trânsito, drenagem, recapeamento e asfaltamento de vias públicas, manutenção de praças e área de lazer e na iluminação pública.

Com recursos próprios e com os repasses provenientes do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal, a cidade de Guarulhos, em 2015, receberá investimentos que em muito contribuirão para a melhoria da qualidade de vida de nossa população, como o desafio assumido pela Administração Municipal de tratar o esgoto coletado em nossa cidade.

Mas temos que ressaltar que uma parcela importante do orçamento do município para 2015 está direcionada para atender as demandas das áreas sociais, particularmente em saúde, educação e assistência social. Muito já foi feito, mas temos consciência de que muito ainda precisamos realizar em função do constante crescimento de nossa cidade.

Temos plena certeza que 2015 será um ano de crescimento econômico, de continuidade da política de redução das desigualdades sociais e dos investimentos na infraestrutura urbana em nosso país e em nossa cidade. Esta expectativa e confiança no progresso econômico e na inclusão social estão expressos no presente Projeto de Lei, com os devidos anexos, que enviamos para a apreciação e aprovação de nossos nobres Edis.

Guarulhos, 30 de setembro de 2014.

SEBASTIÃO ALMEIDA
Prefeito Municipal